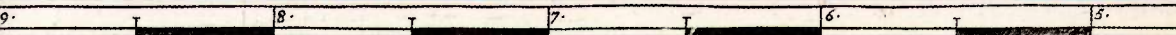


LER história

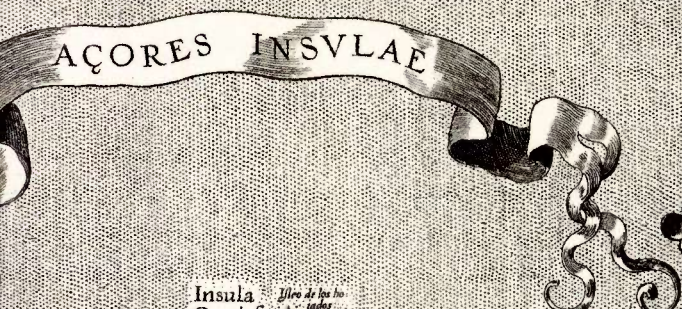
Açores: peças para um mosaico

31

1996

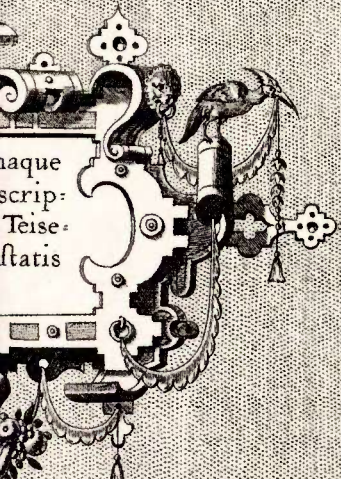


SEPTEMTRIO.



Insula del Pico.

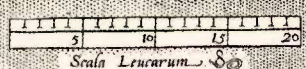
Insula Terçera.



Insula S. Michaelis.



Insula S. Maria.



MERIDIES.

ORIENS.



Parcialmente subsidiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Região Autónoma dos Açores e pelo Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.

ISSN 0870-6182

Directora: Miriam Halpern Pereira

Redacção: Carlos Coelho Maurício, *História Contemporânea*, CEHCP/ISCTE; José Vicente Serrão, *História Económica*, CEHCP/ISCTE; Magda Pinheiro, *História Contemporânea*, CEHCP/ISCTE; Maria Carlos Radich, *História da Ciência e da Técnica*, CEHCP/ISCTE; Maria de Fátima Sá, *História Contemporânea*, CEHCP/ISCTE; Maria João Vaz, *História Contemporânea*; Miriam Halpern Pereira, *História Contemporânea*, CEHCP/ISCTE; Nuno Luís Madureira, *História Contemporânea*, ISCTE; Raul Iturra, *Antropologia Social*, ISCTE; Sacuntala de Miranda, *História Contemporânea*, FCSH/UNL.

Secretária da redacção: Maria João Vaz**Consultores:**

A. H. Oliveira Marques	<i>História Medieval e História Contemporânea</i>	FCSH/UNL
Afonso Marques dos Santos	<i>História do Brasil</i>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Albert Silbert	<i>História Contemporânea</i>	Universidade de Clermont-Ferrand
Alberto Gil Novales	<i>História de Espanha</i>	Universidade Complutense de Madrid
António Borges Coelho	<i>História Moderna</i>	FL/UL
Armando de Castro	<i>História Moderna</i>	FE/UP
Carlos Medeiros	<i>Geografia Humana</i>	FL/UL
César Oliveira	<i>História Contemporânea</i>	ISCTE
H. Baquero Moreno	<i>História Medieval</i>	FL/UP
Isidoro Moreno	<i>Antropologia Social</i>	Faculdade de Geografia e História/Universidade de Sevilha
J. Esteves Pereira	<i>História Moderna</i>	FCSH/UNL
Jill Dias	<i>História da Expansão Colonial</i>	FCSH/UNL
Joaquim del Moral Ruiz	<i>História de Espanha</i>	Universidade Autónoma de Madrid
Joel Serrão	<i>História Contemporânea</i>	FCSH/UNL (Prof. Jubilado)
Jordi Nadal	<i>História de Espanha</i>	Universidade de Barcelona
José-Augusto França	<i>História de Arte</i>	FCSH/UNL (Prof. Jubilado)
José Jobson Arruda	<i>História do Brasil</i>	Universidade Estadual de São Paulo
José Maria Brandão de Brito	<i>Economia</i>	ISEG/UTL
M. Braga da Cruz	<i>Sociologia Política</i>	ICS/UL
Maria Beatriz Nizza da Silva	<i>História do Brasil</i>	Universidade Estadual de São Paulo-Univ. Portuguesa
Nuria Sales	<i>História de Espanha</i>	Universitat Pompeu Fabra Barcelona
Pedro Amaro	<i>História da Ciência e da Tecnologia</i>	ISA/UTL
Pierre Vilar	<i>História de Espanha</i>	Universidade de Paris
Ramón Villares	<i>História de Espanha</i>	Universidade de Santiago de Compostela
Robert Rowland	<i>História Moderna</i>	Instituto Europeu de Florença
Vitor Matias Ferreira	<i>Sociologia Urbana</i>	ISCTE

*Exemplar
único*

AÇORES: PEÇAS PARA UM MOSAICO

direcção de *Sacuntala de Miranda*

Sumário

■ NOTA INTRODUTÓRIA

Sacuntala de Miranda 3

ESTUDOS

■ OS ESPAÇOS INTERNOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL NOS SÉCULOS XVI E XVII

Maria Margarida de Sá Nogueira Lalanda 9

■ DE MERCADORES A TERRATENENTES: PERCURSOS INGLESES NOS AÇORES (SÉCULOS XVII-XVIII)

José Damião Rodrigues 41

■ O GIRO DAS GENTES: MIGRAÇÕES AÇORIANAS NOS ESPAÇOS INSULAR E METROPOLITANO EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

Avelino de Freitas de Meneses 69

■ A AGRICULTURA MICAELENSE NOS FINAIS DO ANTIGO REGIME. EM TORNO DAS INSTRUÇÕES DE D. RODRIGO SOUZA COUTINHO PARA O CONDE DE ALMADA

Margarida Vaz do Rego Machado 83

■ IDENTIDADE E AUTONOMIA

Maria Isabel João 103

■ A POPULAÇÃO DOS AÇORES NO CONTEXTO DEMOGRÁFICO PORTUGUÊS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Gilberta Pavão Nunes Rocha 133

■ AS FESTAS DO ESPÍRITO SANTO NOS AÇORES. RAZÕES PARA A SUA PERMANÊNCIA E CAUSAS DA DECADÊNCIA	
<i>Carlos Enes</i>	145
■ A AUTONOMIA DOS AÇORES E OS REGIMES POLÍTICOS EM PORTUGAL	
<i>José Medeiros Ferreira</i>	157
■ AÇORES – Bibliografia seleccionada.....	169
RECENSÕES	175
<hr/>	
ACTUALIDADE CIENTÍFICA	183
<hr/>	
RÉSUMÉS/ABSTRACTS	187
<hr/>	

Nota introdutória

Sacuntala de Miranda

O presente número temático da nossa revista, dedicado aos Açores, tem por finalidade divulgar a embrionária — mas interessante e prometedora — historiografia açoriana, com um duplo objectivo. Em primeiro lugar, dar a conhecer aos nossos leitores continentais alguns passos dados pelos historiadores dos Açores na pesquisa de temas que, sem deixarem de ser de história regional ou local, nos podem levar a conclusões de âmbito mais vasto, suscitando comentários, comparações e críticas que auxiliem, de forma global, o progresso da investigação histórica.

Terão a beneficiar os historiadores açorianos, atenuando-se a tendência para o excessivo auto-centrismo que por vezes caracteriza uma cultura açoriana orgulhosa da sua recém-conquistada autonomia e identidade e abrindo-se-lhe as portas para um intercâmbio salutar com historiadores do resto do país. Mas beneficiarão também os historiadores dos centros culturais de outras regiões de Portugal, pois as bibliotecas e arquivos locais possuem informação e documentação inexistentes em Lisboa, Porto, Coimbra e outras localidades — e indispensáveis ao esclarecimento de certos problemas de interesse geral.

Este número especial poderá ser, talvez, o primeiro de um conjunto de números de *Ler História* devotados à história regional ou local, se o interesse dos colaboradores e leitores assim o justificar.

Pode dizer-se, sem grande margem de erro, que a historiografia académica açoriana se inicia na década de 1970, com o 25 de Abril, com a obtenção da autonomia por parte dos Açores e com a fundação da Universidade dos Açores (fundada em 1976 como Instituto Universitário e elevada a Universidade em 1982), no âmbito da qual se vem realizando a maior parte da investigação histórica relativa aos Açores.

Nos Açores, como no resto do país, o 25 de Abril de 1974 representou a liberdade intelectual indispensável a toda a investigação histórica e o fortalecimento da vontade, por parte dos historiadores portugueses, de porem a par dos progressos realizados no resto do mundo uma historiografia nacional atrofiada por cinco décadas de ditadura.

A conquista da autonomia foi importante porque dotou os intelectuais açorianos de um brio regional e de uma vontade de afirmação quase capazes de mover montanhas, desencadeando a publicação de uma série de obras de poesia, ficção e investigação tendentes a definir a identidade da região. Se o zelo tem sido, por vezes, excessivo e a qualidade da produção desigual, certo é, contudo, que o aumento global da produção tem dado lugar ao aparecimento de trabalhos de inegável valor. Alguns deles, escritos antes da Revolução dos Cravos, aguardavam na gaveta dos autores oportunidade de publicação.

Finalmente, indispensável ao enquadramento de uma produção historiográfica até aí inteiramente nas mãos de amadores e curiosos, a Universidade dos Açores, com o seu Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, tem vindo a submeter a critérios académicos nacionais a investigação histórica levada a cabo nas ilhas e mesmo aqueles que realizam as suas investigações fora do âmbito da Universidade procuram obter o aval desta para o reconhecimento dos seus trabalhos. Tanto as teses de doutoramento como as dissertações constantes das provas de aptidão pedagógica apresentadas por docentes da Universidade dos Açores são trabalhos importantes, orientados ou sancionados por professores das principais universidades portuguesas e estrangeiras — que têm dado lugar à publicação de alguns livros muito interessantes. Lamentamos apenas que, dadas as deficiências do sistema de distribuição das edições insulares pelas livrarias do Continente, esses livros não sejam tão conhecidos como merecem fora dos mercados insulares. E é com dobrado pesar que assinalamos que muitos dos mais importantes trabalhos de história dos Açores nem sequer na Biblioteca Nacional de Lisboa se encontram à disposição dos leitores, em manifesto prejuízo dos seus autores e no da comunidade científica.

Muito tem sido feito, mas muito está ainda por fazer no sentido da dinamização dos circuitos existentes e da criação de outros circuitos que permitam o fluxo constante de informação entre os diversos centros culturais do país, mitigando o isolamento daqueles que, como os Açores, se encontram numa periferia não só geográfica como cultural, sofrendo os custos da sua insularidade, aceitando o isolamento como uma fatalidade inelutável e arvorando-o até como bandeira, nestes nossos dias que tendem a fazer prevalecer a diferença e a encorajar os separatismos.

Além dos trabalhos realizados no âmbito da Universidade dos Açores, há a referir trabalhos de investigação levados a cabo por universitários — na sua maioria de origem açoriana — em outras universidades do país, como parte de doutoramentos ou mestrados, e depois publicados

por editoras açorianas ou continentais. Também estes constituem contributos importantes à historiografia açoriana e tendem a ser mais divulgados e lidos, dada a centralidade das instituições que os patrocinaram e das editoras que os publicaram.

Reunir colaboração dos nomes mais significativos da historiografia açoriana não foi tarefa fácil. Cremos, no entanto, que conseguimos reunir aqui um conjunto de artigos com bastante interesse, tocando temas variados e capazes de sensibilizar os nossos leitores para um posterior aprofundamento da história dos Açores. Começando pelas épocas mais recuadas, Maria Margarida Sá Nogueira Lalanda fala-nos do povoamento da Ilha de S. Miguel, dos seus ritmos, das principais zonas de concentração demográfica, da diversidade concelhia e das vias de comunicação nos séculos XVI e XVII. Sobre os séculos XVII e XVIII, temos um texto de José Damião Rodrigues, que estuda o percurso dos mercadores ingleses que se estabelecem nos Açores e se fundem com as famílias locais. Avelino de Freitas de Meneses, historiador do período setecentista, escolheu como tema as migrações inter-ilhas e entre as ilhas e o Continente em finais do século XVIII, tópico que até agora não fora, de todo, tratado. Margarida Vaz do Rego Machado traça uma panorâmica da agricultura da ilha de S. Miguel, também no século XVIII, a partir das instruções de D. Rodrigo Souza Coutinho ao Conde de Almada. Quanto aos séculos XIX e XX, Maria Isabel João e José Medeiros Ferreira tratam o controverso tema da autonomia açoriana, analisando os movimentos autonomistas que tomam corpo nos Açores desde finais do século XIX, ao passo que Gilberta Rocha, especialista em demografia, expõe as principais características da demografia açoriana na primeira metade do século XX, estabelecendo, a par e passo, comparações com o que se passa em Portugal Continental. Finalmente, num artigo em que traça a evolução das festas do Espírito Santo, desde as suas origens, no século XII, passando pela sua introdução nos Açores, nos séculos XV e XVI, e chegando às formas que tomam nestas ilhas nos séculos XIX e XX, Carlos Enes aponta-nos algumas razões para a sua permanência e para a sua continuada decadência.

Os artigos que apresentamos afloram apenas alguns aspectos da história dos Açores, uma história que está por fazer e que constitui um vasto campo, aberto à curiosidade de investigadores locais e estrangeiros. Que este número de *Ler História* possa chamar a atenção dos nossos leitores para esta parcela do território nacional que continua, apesar de tudo, a ser mal conhecida e, conseqüentemente, mal compreendida. A autonomia, a proeminência de algumas figuras açorianas neste pós-25 de Abril, o aumento do turismo dentro do país e a acção de uma televisão cujos

boletins meteorológicos, noticiários e documentários se esforçam por contemplar equitativamente todas as regiões do país, têm levado a que um número cada vez menor de continentais refira os Açores e a Madeira como “as ilhas” (ou, pior ainda, “ a Ilha”) e a que o poder central se sinta cada vez mais obrigado a tomar em conta as necessidades e aspirações de populações — remotas embora — cujos votos pesam nas decisões políticas nacionais.

E é com prazer que registamos que, não obstante algumas semelhanças com a situação actual, vão bem longe os tempos em que Eça de Queiróz, na *Campanha Alegre*, se referia aos Açores da seguinte forma:

“Assim, com os Açores — que ainda não são colónias, mas que pela distância, pelo abandono, pela separação de interesses, têm toda a fisionomia colonial... Portugal para com os Açores é inesgotável — de desembargadores! Às vezes, os jornais dos Açores, tomando um ar severo, voltam-se contra a Metrópole e gritam-lhe no rosto: *madrasta!* O reino imediatamente lhes manda, com todo o zelo — dois desembargadores! Mas daí a pouco os Açores, inquietos, começam a dizer que não seria mau tentar os Estados Unidos! O País ataranta-se; e para lisonjear os Açores, manda-lhes mais desembargadores. De todos os paquetes, os Açores, aterrados, vêem desembarcar turbas de desembargadores. Já aquele fértil solo negreja de desembargadores. Basta — exclamam os Açores sufocados —, basta de tanta instância! E a Metrópole, inexaurível no seu amor, continua impassível a verter-lhe no seio — catadupas de desembargadores.”

Identidade e autonomia

Maria Isabel João

1. A identidade açoriana

As regiões, tal como as nações, têm de ser inventadas, dado que nenhuma, antiga ou recente, é “inata” ou evidente para os seus membros¹. Este processo é, geralmente, assumido pelas elites regionais desejosas de afirmar a especificidade e a diferença, como forma de adquirir visibilidade e reconhecimento do seu prestígio. Deste modo, a par dos fenómenos de uniformização e centralismo, característicos das sociedades contemporâneas, desenrolam-se fenómenos de afirmação das periferias e das identidades regionais e locais. Por um lado, procuram-se os critérios susceptíveis de objectivar as diferenças em relação à comunidade nacional, tais como a geografia e as condições naturais, a origem etnocultural, as particularidades linguísticas e as culturais que se expressam nas práticas religiosas, no folclore, em usos e costumes considerados típicos de uma dada região. Por outro lado, constroem-se sobre esses factores *representações mentais* que se vão cimentando, ao longo do tempo, no imaginário e na memória colectivos e *representações objectais* (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) em coisas ou em actos que se inserem numa estratégia de manipulação simbólica².

A reflexão sistemática sobre a identidade açoriana só se desenvolve na segunda década do século XX, se bem que seja possível detectar em diversas obras e autores, desde a época moderna, representações sobre a características especiais da terra e das gentes dos Açores. Nas *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, em Fr. Agostinho de Monte Alverne, na obra do padre Manuel Luís Maldonado ou do padre António Cordeiro o objecto de análise é esse micro-mundo insular, semeado no Atlântico, e

■ MARIA ISABEL JOÃO — Universidade Aberta.

o modo de vida das respectivas populações. No século passado, a *Corographia Açorica* lançava, em pleno vintismo, um grito de revolta pelo pouco caso que a metrópole fazia daquele arquipélago, denotando um patriotismo ilhéu bem arreigado e uma perspectiva clara da necessidade dos Açores constituírem uma unidade provincial. Nas décadas seguintes, várias iniciativas e escritos contribuíram para o conhecimento da história açoriana e para forjar a memória da região, importando destacar a publicação do *Arquivo dos Açores*, por Ernesto do Canto. Os movimentos autonomistas, do final da centúria, pouco enriqueceram o acervo das representações sobre a região, mais preocupados com as reivindicações políticas imediatas, mas empenharam-se em divulgá-la a nível nacional e em promover a confraternização entre os açorianos. Desde os anos sessenta daquele século, a imprensa regional desempenhou um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento da consciência açoriana, publicando colunas sobre os assuntos de interesse regional.

Já neste século, no contexto geral da busca das raízes e das tradições culturais que caracterizou alguns movimentos intelectuais dos anos vinte e trinta, ganhou expressão o “açorianismo”³. Sob esta designação adoptada na época, desenvolveu-se todo um programa de exaltação das peculiaridades da vivência açoriana, contra as modas vindas do exterior e a uniformização característica do mundo actual. A pintura de Domingos Rebelo foi, então, considerada um expoente desse espírito e defendeu-se a ideia, posteriormente bastante acarinhada, de uma literatura açoriana que reflectisse a *alma* daquele povo. A imprensa, os encontros desportivos, nomeadamente os torneios de futebol, os saraus e as conferências de personalidades locais sobre temas açorianos, as viagens de confraternização entre as ilhas e toda uma panóplia de iniciativas, devidamente publicitadas, tornaram possível estender a um público mais vasto do que era habitual o discurso e a prática da identificação regional. O processo culminou com a realização do Congresso Açoriano, em 1938, numa conjuntura muito pouco favorável aos regionalismos e mais de uma década depois do primeiro congresso regional, realizado no continente pelas Beiras. Dois textos deste período marcaram, decisivamente, as representações sobre a identidade açoriana: “O Açoriano e os Açores” de Vitorino Nemésio, publicado em 1932, e “Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade” de Luís da Silva Ribeiro, escrito quatro anos mais tarde. O que tornou os dois artigos tão importantes foi a sua utilização posterior como referência constante, sùmula das idiossincrasias dos açorianos e autênticos paradigmas da identidade regional. Mas, de modo geral, a obra literária do primeiro e os estudos etnográficos do segundo têm sido

uma fonte essencial do discurso identitário das elites açorianas, nos últimos decénios.

As representações da identidade regional dos açorianos acentuam a importância do meio geográfico, lapidarmente sintetizada na célebre frase de Vitorino Nemésio — «A Geografia, para nós, vale outro tanto como a História». Por isso entende-se um território caracterizado pela descontinuidade física e pela distância em relação aos continentes, marcado pelo *estigma* da insularidade. Esta é vista como um factor diferenciador dos açorianos e um fardo pesado para a sociedade açoriana, porque traduz-se no isolamento e numa série de consequências socioeconómicas negativas para o desenvolvimento do arquipélago. O atraso e o conservadorismo são, em geral, imputados à insularidade nos discursos sobre o progresso que têm dominado as preocupações das elites liberais e democráticas açorianas, desde o século XIX.

Como assinalou P. Bordieu, o estigma das regiões consiste na «distância económica e social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra»⁴. Daí a sua necessidade de afirmar a identidade própria e uma existência autónoma. A insularidade é, por conseguinte, no léxico regionalista açoriano, a expressão dessa desvantagem em relação ao “centro”, contabilizada nas reivindicações autonomistas dos últimos anos em *custos* que devem ser pagos por todo o país. Deste modo, consegue transformar-se uma desvantagem em vantagem, a partir da própria afirmação da diferença.

A geografia traduz-se, ainda, num sistema ecobiológico com características muito marcantes, definido por paisagens únicas que Raul Brandão descreveu de modo incomparável em *As Ilhas Desconhecidas*⁵. O vulcanismo e a elevada sismicidade povoam de terrores o imaginário dos ilhéus e têm sido vistos como a principal razão da elevada religiosidade dos açorianos. Meio milénio de existência sobre tufos vulcânicos, nas palavras de Nemésio, é motivo suficiente para se sentir e para ser diferente dos outros portugueses.

No caso das regiões insulares, as fronteiras são, naturalmente, delimitadas pelo mar. Nesse aspecto não há qualquer dificuldade de demarcação do território. Contudo, os arquipélagos defrontam-se com o problema, não menos grave e complexo, da afirmação da unidade regional e da identidade comum para além dos particularismos de cada ilha. A importância da insularidade manifesta-se ao nível da territorialidade dos açorianos e da dificuldade que têm de representar o seu mundo além do horizonte da própria ilha. A ilha em que nasceu é para o açoriano «um

eixo do Cosmos, uma pequena-pátria, um mundo de referências matriciais», na visão de Machado Pires⁶.

A origem etnocultural é um aspecto essencial da identidade de qualquer povo. No século XIX, pensava-se que os açorianos provinham de diversas nacionalidades europeias. Ainda em 1892, Aristides Moreira da Mota afirmou essa ideia para justificar a maneira de ser *sensivelmente* diferente dos açorianos em relação aos “continentais” e a necessidade de uma administração autónoma. Mas os estudos posteriores vieram demonstrar a importância determinante que os portugueses de várias regiões do Reino tiveram no povoamento dos Açores e a profunda identidade portuguesa dos açorianos. Por isso, Vitorino Nemésio viu no açoriano «verdadeiramente típico (...) um exemplar aproximado do português da segunda metade de Quatrocentos»⁷. Na mesma ordem de ideias, Luís da Silva Ribeiro tinha afirmado, em 1919, que o açoriano é «o português puro que nas épocas gloriosas da nossa história se isolou no meio do Atlântico»⁸. De facto, nem o açoriano se isolou, uma vez que o arquipélago foi uma autêntica placa giratório do tráfego atlântico, nem é possível garantir, vários séculos passados a pureza das linhagens insulares. Mais plausível é, exactamente, o contrário, mas essa ideia de um povo forjado pela lusitanidade quatrocentista, supostamente portador das virtudes da época áurea da nação, não deixou de estar presente no discurso regionalista de cariz mais conservador⁹.

Desde os anos vinte deste século, procurou-se de forma sistemática escarpelizar as diferenças socioculturais dos açorianos em relação aos “continentais”. Os falares, o folclore regional, a música e o cancionero popular, as superstições, crenças e práticas mágicas, a religião, as técnicas tradicionais, a organização social e o modo de vida das populações foram objecto de estudos e de análises em artigos nos jornais e nas revistas dos vários institutos e associações culturais que, entretanto, foram surgindo nas capitais de distrito. Parece-nos ser um caso único de introspecção colectiva e de tentativa de compreender as idiosincrasias próprias, no contexto nacional. Mas a conclusão mais geral que emergia desses trabalhos apontava mais para a semelhança do que para a diferença em relação à matriz da identidade nacional.

Os supostos arcaísmos dos falares açorianos, que comprovariam a tese do isolamento, existiam também em várias regiões do continente. José Leite de Vasconcelos defendia, em 1926, que os falares micaelenses representavam a fase mais evolucionada do português, situando-se os mais arcaicos em Melgaço¹⁰. Além disso, a forte corrente emigratória que, primeiro, se dirigiu para o Brasil e, depois, para a América do

Norte, não impregnou os falares açorianos de termos ou construções gramaticais importadas. Os anglicismos que correm na linguagem comum são poucos e, geralmente, correspondem a formas deturpadas e aportuguesadas do original: *alverós* (overall), *sulipas* (slippers), *suera* (sweater), *frisa* (to freeze, geladeira ou frigorífico), etc.

A música popular denota a origem portuguesa e a influência afro-americana, como indicam os nomes de algumas: o *Charamba*, o *Lundum*, a *Fofa* que também foram moda no Continente noutras épocas. Predominam os andamentos vagarosos e as danças são, em regra, arrastadas e de movimentos lentos, apesar de haver canções mais alegres como o *Pezinho*, de S. Miguel, e a *Chamarrita*, do Faial. J.M. Bettencourt da Câmara, num estudo sobre a música tradicional açoriana, de 1980, afirma que esta é indissociável da portuguesa e interroga-se se o respectivo grau de individualização será maior do que o da música de qualquer outra região do continente¹¹.

O cancionero popular também não apresenta variantes significativas em relação às cantigas do continente, na opinião de Luís da Silva Ribeiro¹². Mas o romanceiro é bastante rico e bem conservado, devido ao empenho de homens interessados como Almeida Garrett, Teófilo Braga e João Teixeira Soares. Filia-se nos cantares de gesta do período medieval, num vasto quadro geocultural que transcende as fronteiras nacionais ou regionais.

Do mesmo modo, quanto às superstições, crenças e práticas mágicas parece haver grande semelhança com o que se passa no resto do país¹³. A tecnologia tradicional utilizada pelos açorianos reproduz os instrumentos e técnicas levados pelos povoadores portugueses, com pequenas variantes regionais e grande diversidade de soluções de pormenor dentro do próprio arquipélago que resultam, de modo geral, da adaptação às condições geofísicas e climáticas e da criatividade dos artesãos locais. Só nalguns casos se constata a existência de tecnologias que não têm paralelo em Portugal continental: certos processos de secagem e armazenagem do milho, os moinhos de vento do tipo dito “holandês” de S. Miguel, Santa Maria, Graciosa e Terceira e de tipo giratório com pedestal de pedra do Pico, Faial e Graciosa¹⁴.

A religião desempenha um papel fundamental nas representações sobre a identidade açoriana. A religiosidade especialmente intensa seria uma característica do povo açoriano. Os fenómenos vulcânicos e o isolamento das ilhas teriam contribuído para preservar esse legado próprio das culturas tradicionais. A procissão do Senhor Santo Cristo, em S. Miguel, a tradição do romeiros micalenses e, sobretudo, as festas do Espírito Santo

que se realizam em todas as ilhas, com curiosas variantes locais do ritual, são consideradas paradigmáticas dessa religiosidade. Luís da Silva Ribeiro defendeu que, na crença dos açorianos, «a noção de Deus vingador e terrível se sobrepõe à de Deus caridade e amor»¹⁵, por causa do vulcanismo das ilhas.

O outro aspecto marcante da identidade açoriana é a emigração, em particular desde que se dirige para a América do Norte. Enquanto o grosso dos emigrantes foi para o Brasil não havia diferença em relação às outras regiões do continente, mas já neste século os caminhos da emigração portuguesa divergiram entre os países europeus e os Estados Unidos ou o Canadá. As relações entre o arquipélago e o norte do continente americano estreitaram-se por causa das comunidades de emigrantes e do estabelecimento de bases militares dos Estados Unidos, que tiveram considerável impacte na economia e na sociedade açorianas. O vaivém entre os Açores e a América contribuiu para a aproximação ao outro lado do Atlântico e para o aparecimento de alguns sonhos de abrigar as ilhas sob a protecção norte-americana¹⁶. Mas, curiosamente, a emigração açoriana não se faz sentir no urbanismo, na destruição das paisagens ou sequer no modo de vida comum das populações senão de forma superficial. Talvez a razão disso esteja no reduzido retorno dos emigrantes açorianos e no facto dos poucos que voltam serem facilmente absorvidos pelas relações de estreita vizinhança e pelos estritos códigos tradicionais de comportamento.

No processo de construção da identidade é muito importante a auto-imagem sobre o carácter do povo, as virtudes e também os defeitos que, eventualmente, caracterizem os comportamentos considerados mais comuns e os traços marcantes da psicologia colectiva. Mais uma vez é à geografia e ao determinismo das condições naturais que são atribuídas as causas das características do modo de ser típico dos açorianos. Nas palavras inspiradas de Vitorino Nemésio, «a alma do ilhéu exprime-se pelo mar. O mar é não só o seu conduto terreal, como o seu conduto anímico. As ilhas são o efémero e o contingente; só o mar é eterno e necessário»¹⁷. O apelo do mar e dos continentes transforma o ilhéu num embarcação, em alguém para quem «a viagem tem alguma coisa de iniciático, de libertador, de aventura por necessidade e risco.»¹⁸. Por isso, uma das explicações correntes para a persistência e a intensidade do fenómeno emigratório é, precisamente, essa atracção pelas terras distantes.

Na opinião de Luís da Silva Ribeiro, a contemplação do mar põe «os homens cismadores, entristece e abate pela monotonia» e, por isso, é mais um factor que contribui para que o açoriano seja um indivíduo

“emodorrecido e apático”¹⁹. Os outros factores são a elevada humidade, o verde perene das paisagens, a luz discreta e difusa, que Brandão tão bem descreveu, e os múltiplos cambiantes cinzentos que espalham uma suave tristeza e um tom nostálgico no ambiente. A indolência é um dos aspectos mais notados pelos estrangeiros nos relatos de viagem aos Açores, sobretudo pelos ingleses e norte-americanos que referem o *azorean torpor*. Essa imagem dos povos do sul construída em oposição aos do norte da Europa, industrializada e protestante, é designada por *mornaça*²⁰, nos Açores. Somente alguns se rebelam contra o estereótipo, com uma evidente carga pejorativa, como Nemésio, e apontam o exemplo dos emigrantes açorianos, considerados trabalhadores incansáveis em terras estranhas.

Apesar de tudo o que se escreveu sobre a influência do mar, só Luís Ribeiro procurou analisar em que medida esta se reflecte no modo de vida dos açorianos e nas manifestações do imaginário popular. Os açorianos são, em primeiro lugar, lavradores que nalguns casos arredondam o magro rendimento familiar com umas pescarias. Por isso, o mar não tem uma grande importância na poesia popular, ao contrário do que acontece na literária, nem as cantigas mostram que este tenha causado nos homens das ilhas uma impressão diversa da que provoca na gente do continente²¹. Assinalou, ainda, que em toda a arte popular a presença dos motivos marinhos é insignificante. Deste modo, a sua importância manifesta-se, sobretudo, no carácter dos ilhéus, na opinião daquele advogado e estudioso terceirense.

Globalmente, a auto-imagem dos açorianos não é diferente do que tem sido dito sobre a generalidade dos portugueses. Um povo ordeiro, morigerado e pacato, sóbrio, pacífico, com uma extraordinária capacidade de adaptação, com tendência para a tristeza e para a gravidade nos gestos e nas falas, que se deixa envolver pela melancolia e pela saudade. O apego ao terrunho natal manifesta-se, no caso dos açorianos, pelo amor ferrenho à ilha. Nos anos vinte, os sectores conservadores açorianos destacavam, particularmente, a disciplina, o respeito pela hierarquia, o amor ao trabalho e à ordem estabelecida, que tornavam o povo açoriano imune aos ventos revolucionários que sopravam no continente. Um dos objectivos dos regionalistas da época era, precisamente, manter os açorianos afastados das revoluções, preservados pela distância e a autonomia da temida dissolução das tradições e da ordem vigente.

Nas palavras de Machado Pires, os açorianos criaram uma «lenda negra de abandono e incompreensão, uma consciência *traumatizada e traumática* de gente esquecida, ignorada no que precisa e no que é capaz

de fazer, ávida de reconhecimento colectivo»²². De facto, a descontinuidade geográfica e a distância, associadas a outros factores de ordem histórica, forjaram um profundo sentimento de solidão e orfandade que se traduziu no uso de expressões como “pátria-madrasta” ou, simplesmente, “madrasta” pelos autonomistas do final do século XIX. A ideia de um povo “esquecido” nas brumas do Atlântico, desprezado pelo poder central e, de modo geral, pelos “continentais” que ignoram a região, as suas capacidades e as suas necessidades mais vitais, tem sido o *leitmotiv* dos discursos autonomistas.

Para as elites açorianas, essa consciência traumática do abandono articula-se, de forma talvez pouco perceptível aos próprios olhos, com a consciência da precaridade da subsistência económica das ilhas. A fragilidade e a elevada dependência do sistema produtivo do arquipélago dos factores externos, a sucessão dos ciclos económicos e das conjunturas de crise, em que todos têm de interrogar-se sobre o futuro com grande angústia, criam uma profunda insegurança colectiva. A laranja, o álcool industrial, o ananás, os lacticínios pontuam vários ciclos da economia açoriana e representam investimentos, expectativas e desilusões em que o principal responsabilizado pelos problemas é o governo nacional ou, de forma mais alargada, a indiferença do “continente”. Nem sequer a posição geoestratégica do arquipélago é uma alternativa segura e estável, porque a história demonstra que a respectiva importância depende dos mais variados factores: das técnicas de navegação, das rotas internacionais, dos equilíbrios de forças a nível político e militar. A condição de periferia é, assim, vivida de uma forma especialmente traumatizante no caso das ilhas açorianas.

Um aspecto importante da identidade é os termos em que se coloca a questão da alteridade. Ao nível da consciência nacional, a divisão estabelece-se entre *Nós* — portugueses — e os *Outros* — estrangeiros, de modo geral. No plano regional, os açorianos e os madeirenses fazem a dicotomia entre *Nós* — naturais dos Açores ou da Madeira — e os *Outros* — “continentais”. Entre as regiões de Portugal continental esse tipo de consciência não se coloca nos mesmos termos, porque os outros são minhotos, transmontanos, beirões, etc., isto é, não são redutíveis a um único grupo. A consciência regional é, relativamente, fraca no continente e afirma-se por si-própria, funcionando mais como uma forma de reconhecimento mútuo entre os autóctones do que como a expressão de uma oposição de interesses.

Porém, no caso dos arquipélagos atlânticos, desde épocas recuadas que é feita a distinção e a divisão entre os “nossos interesses” e os dos

outros, sediados no continente, por causa das relações económicas difíceis e da luta amiúde travada com o poder central para poder produzir e escoar os produtos para o mercado continental. A distância e a condição ultramarina dos Açores e da Madeira proporcionaram a existência de um sistema de administração diferenciado que somente no século XVIII se procurou aproximar do resto do país, criando-se a categoria de “ilhas adjacentes”, mas mesmo assim não deixando de marcar-se a distinção em relação às outras províncias do Reino. Os negócios das ilhas eram tratados pelas mesmas secretarias e ministérios que cuidavam dos assuntos das colónias, o que é considerado “infame” pelo autor da *Corographia Açorica*²³. A existência de moeda própria, a moeda “insulana” ou “fraca”, com uma diferença de valor de cerca de 25% em relação à do continente, a necessidade de operações de câmbio que se manteve até ao presente século contribuíram, decisivamente, para cavar ainda mais a dicotomia entre os Açores e o resto da Nação. Mais do que a distância física, foram as relações económicas e políticas que criaram essa consciência sofrida de abandono e forjaram os termos de uma alteridade que a origem etnocultural e a semelhança dos comportamentos colectivos em tudo desmentem. Contudo, aquilo que, verdadeiramente, importa para a compreensão do problema da identidade regional é apreender «as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões»²⁴. Dito de outro modo, os factores ditos “subjectivos”, como os sentimentos e as ideias forjadas sobre a realidade, a partir da vivência das comunidades e dos grupos sociais, são essenciais para compreender este tipo de fenómenos. As representações são «enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam»²⁵ e, por isso, mobilizam fortemente os agentes sociais em lutas e manifestações de carácter simbólico que, no caso em análise, visam afirmar a diferença e a identidade regional²⁶.

2. O ideário e os movimentos autonomistas

De modo geral, estas lutas travadas no plano cultural e simbólico acabam, mais tarde ou mais cedo, por ter correspondência no plano político, através da reivindicação de um sistema de administração ou de governo autónomo. Esse processo é, tipicamente, contemporâneo e desencadeou-se na sequência lógica da centralização do poder e da constituição dos Estados-nação, assentes na hierarquização vertical dos poderes e na uniformidade. Por um lado, as elites regionais e locais perdiam

muitas das prerrogativas tradicionais e viam o seu poder substancialmente reduzido e, por outro, a ideologia liberal fornecia argumentos contra o centralismo.

As primeiras ideias autonomistas já estão presentes na *Corographia Açorica*, num misto curioso de respeito pelas tradições e de inovação revolucionária. O arquipélago devia manter-se como uma *província*, unido sob um mesmo governo, como tinha sido estabelecido pela reforma pombalina. Um Senado soberano governaria todas as ilhas, sendo constituído por um presidente e um secretário nomeados pelo rei e por membros eleitos pelos departamentos. Prevê, ainda, a existência de órgãos intermédios, as Juntas Governativas, compostas por delegados eleitos pelas Câmaras, e a manutenção de governos municipais, eleitos anualmente e popularmente, com ampla jurisdição e autonomia. A elegibilidade de alguns cargos públicos é, decerto, o aspecto mais inovador desta proposta que se filia no ideário vintista. Contudo, o rei deveria nomear os responsáveis pelos dois cargos mais importantes da hierarquia do governo provincial, mantendo-se de acordo com a tradição do Antigo Regime a supremacia nominal e simbólica da Coroa²⁷. Na perspectiva do corógrafo açoriano, o governo devia ser composto por “patriotas”, isto é, por homens que amassem a sua terra e soubessem desenvolvê-la.

As generosas ideias dos jovens liberais açorianos expressas na *Corographia* não foram seguidas. O arquipélago foi dividido em três distritos, dando assim expressão no plano administrativo a velhas rivalidades entre as ilhas, e integrado no sistema político geral do país, sem atender à especificidade da situação insular. Logo no final dos anos sessenta, surgiram as primeiras vozes na imprensa local clamando contra os impostos excessivos, o desprezo a que estariam votadas as ilhas e extraíndo daí a ilação que o melhor seria conseguir a *emancipação* dos Açores²⁸. Um misto confuso de ideias, onde afloravam a autonomia política ou, meramente, administrativa, a separação e o protectorado estrangeiro, ou até a independência, era partilhado por vários periodistas. Já se começava também a procurar os exemplos estrangeiros, nomeadamente o britânico por causa da influência marcante que as relações comerciais com a Inglaterra tiveram na sociedade açoriana, em particular em S. Miguel, naquela época. Neste contexto, a ideia da União Ibérica levantou um coro de protestos, apoiados pelo “nefasto” exemplo do domínio filipino, e fez desejar o protectorado britânico ou o dos Estados Unidos.

2.1 O 1.º movimento autonomista

Todavia, somente no início dos anos noventa se organizou o primeiro movimento autonomista, em S. Miguel. Várias personalidades da sociedade micalense aderiram à ideia de uma *descentralização estimulante e impulsionadora*²⁹ do desenvolvimento das ilhas. Independentemente das respectivas filiações partidárias, agruparam-se em torno de uma «Comissão de propaganda e promotora da autonomia», que publicava um jornal intitulado *Autonomia dos Açores*. Nas eleições para a Câmara de Deputados, em 1894, apresentaram-se candidatos autonomistas, patrocinados pela referida comissão e pelos progressistas. A unidade inicial acabou logo que se começou a montar a “máquina eleitoral”: os regeneradores, ganhadores tradicionais das pugnas eleitorais no distrito de Ponta Delgada, apresentaram os seus candidatos e os republicanos, pouco dispostos a apoiar candidatos monárquicos mesmo em nome da autonomia, fizeram o mesmo. Os resultados finais saldaram-se pela vitória dos autonomistas com um pouco mais de metade dos votos (51,1%).

Na liderança deste movimento encontramos eminentes representantes da oligarquia fundiária micalense, um abastado comerciante e industrial, accionistas da indústria do álcool, quadros do funcionalismo e membros de profissões liberais. Além do advogado Aristides Moreira da Mota e do médico Mont'Alverne de Sequeira, pontificavam na Comissão de Propaganda e Promotora da Autonomia nomes das mais importantes famílias da ilha de S. Miguel, como Caetano d'Andrade Albuquerque, José Maria Raposo d'Amaral, chefe dos progressistas a nível local, Pedro Jácome Correia, líder dos regeneradores, Jacinto Silveira Gago da Câmara, conde de Fonte Bela. Do ponto de vista ideológico, os autonomistas micalenses eram liberais que queriam ver reduzidos os poderes do Estado e libertar os indivíduos e os agrupamentos de base territorial — paróquias, municípios, distritos, províncias — da tutela asfíxiante dos governos. Mas, apesar da defesa teórica da horizontalidade dos poderes, pretendiam acabar com a organização especial do concelho autónomo de Ponta Delgada e concentrar o poder na Junta Geral do distrito. Além de liberal, o ideário destes patriarcas da autonomia era, claramente, monárquico e conservador, apostando nos “notáveis” locais para governar as ilhas.

Nas outras capitais de distrito, não chegou a organizar-se o movimento autonomista. Em Angra do Heroísmo, ainda se criou uma comissão que redigiu um projecto de autonomia administrativa alternativo do que tinha sido apresentado pelos micalenses, mas as eleições decorreram dentro do quadro partidário tradicional. Na Horta, o desinteresse foi quase

total. Por isso, o estatuto administrativo especial previsto no decreto de 2 de Março de 1895 foi, imediatamente, aplicado no distrito de Ponta Delgada, mas somente três anos depois se estendeu ao de Angra, não tendo a Horta chegado a requerer a sua aplicação. A breve trecho, levantar-se-iam vozes de descontentamento contra a minguada autonomia concedida às Juntas Gerais e contra as dificuldades financeiras que bloqueavam a sua acção.

É importante caracterizar, de forma sucinta, a conjuntura em que surgiu o primeiro movimento autonomista, nos Açores. No último quartel do século XIX, o arquipélago vivia uma época de incertezas e de busca de alternativas económicas viáveis para a sobrevivência, depois da grave crise provocada pelo declínio da produção e exportação da laranja, a meados dos anos setenta, e pelo fim da caça da baleia pelos americanos nos mares açorianos, que afectou especialmente a ilha do Faial.

Em S. Miguel procurou-se desenvolver várias produções agrícolas — como o chá, o ananás, o tabaco, a espadana e a batata-doce para alimentar a indústria do álcool — e lançaram-se algumas indústrias importantes para o meio, caso dos tabacos e do álcool, cuja rendibilidade dependia do mercado continental. Nas outras ilhas, em particular no grupo central, investiu-se na criação de gado e nos lacticínios. Estas actividades tradicionais dos Açores tiveram os horizontes limitados, durante muito tempo, pelas dificuldades do transporte para o continente e da conservação dos produtos. Na ilha Terceira, o tabaco e o álcool ainda chegaram a ter alguma importância económica, mas de modo nenhum comparável a S. Miguel.

A expansão destas actividades e a rendibilidade dos investimentos feitos pelos lavradores e industriais açorianos dependiam da abertura e protecção do mercado continental. O mercado regional, fragmentado em ilhas e espartilhado por interesses locais que, através das Câmaras, criavam taxas e alcavalas que impediam a liberdade de circulação das mercadorias dentro do arquipélago, era demasiado diminuto para viabilizar o desenvolvimento de indústrias de maior vulto, como aquelas que despontavam em S. Miguel. Por conseguinte, a liberdade de exportação para o continente e a protecção do mercado nacional da concorrência dos produtos estrangeiros eram muito desejadas pela burguesia açoriana.

A par disso, os empresários açorianos pretendiam também ver limitados os impostos e as dificuldades burocráticas colocadas às actividades económicas, nomeadamente à criação de indústrias e à liberdade de circulação de mercadorias e bens. Mas a grave crise económica e financeira, que eclodiu no início dos anos noventa, obrigou os governos monárquicos, tanto regeneradores como progressistas, a tomar medidas

para fazer face ao *deficit* comercial e das finanças públicas — agravamento dos impostos, concessão de monopólios a troco de contrapartidas financeiras imediatas para o Estado, acordos comerciais com diversos países — que descontentavam vastos sectores da sociedade portuguesa e provocavam frequentes protestos nas ilhas.

Neste contexto, a gota de água que desencadeou o movimento autonomista, em Ponta Delgada, foram as imposições tributárias sobre a produção do álcool industrial e a perspectiva de um monopólio de venda e rectificação do mesmo, a nível nacional. Nas outras ilhas, em particular na Terceira, tinha havido uma grande agitação contra a tentativa de uniformização da moeda, porque elevava os impostos pagos pelos açorianos em cerca de 25%, que era a diferença entre a moeda “fraca” ou “insulana” e a moeda “forte”. O governo tinha cedido às pressões, mantendo a diferença de valor da moeda.

A crise económica que se viveu, naquele período, a nível nacional afectou, sobretudo, a agricultura portuguesa, devido à baixa dos preços que se vinha a verificar desde finais dos anos oitenta³⁰. A economia cerealífera mostrava-se em clara regressão, por causa da importação do trigo exótico. No Norte, a criação e a exportação de gado haviam sofrido uma quebra considerável a partir de 1885. A viticultura atravessava horas de angústia por causa do retraimento dos mercados principais — o Brasil e a França. Neste contexto, compreende-se o desejo dos produtores e exportadores do vinho do Porto de dispor do álcool para “adubar” os vinhos a preços mais baratos e com melhor qualidade, defendendo a livre importação do álcool alemão, contra os interesses da indústria nacional e, em particular, de S. Miguel e da Terceira.

A referida crise, com características estruturais, foi acompanhada por uma grave crise financeira em 1891-92, motivada pela revolução no Brasil e a baixa do câmbio sobre a praça de Londres, ou o ágio de ouro. O Estado português enfrentou, então, uma situação de bancarrota.

Além da crise económica vivia-se também uma conjuntura de crise política, motivada pelo descrédito do regime monárquico, pela instabilidade governativa e pela incapacidade dos governos regeneradores e progressistas, que se alternavam no poder, para solucionar os problemas do país. A oposição republicana capitalizava o descontentamento — revolta republicana no Porto, em 1891 (31 de Janeiro) — e os movimentos mais radicais, de feição anarquizante e socialista, provocavam uma crescente agitação nas cidades.

O movimento autonomista, com o “epicentro” em Ponta Delgada, foi uma reacção a este quadro nacional de crise e uma tentativa da burguesia

regional para encontrar uma via autónoma para gerir a administração e as finanças públicas, ao nível dos distritos açorianos. Era também o resultado do descontentamento que foi larvando pelo facto dos açorianos terem contribuído para a implantação do regime liberal com grande “sacrifício de sangue e de fazenda”, como se dizia, e de não terem recebido dos sucessivos governos as contrapartidas desse esforço, através da construção de infra-estruturas e de investimentos públicos equivalentes aos que tinham sido feitos pelo fontismo, no Continente.

2.2 O 2.º movimento autonomista

O segundo movimento autonomista desenrolou-se quase três décadas depois do primeiro, noutra conjuntura de grave crise nacional. Emergiu em 1919 e prosseguiu, com pontos altos e baixos, até 1926. Teve um ponto alto em 1921, durante as eleições para a Câmara de Deputados, e uma acalmia entre 1922 e 1923, para ser retomado com um radicalismo crescente nos anos seguintes, atingindo novamente um momento intenso em 1925, devido a mais um período eleitoral.

O país vivia, nessa época, sob o regime da I República e o rescaldo dos problemas sociais e económicos provocados pela participação portuguesa na Grande Guerra. A situação financeira do Estado era calamitosa e a inflação elevada, em 1919. Apesar disso, a indústria e o comércio atravessavam uma fase de prosperidade e até especulativa sem precedentes, enquanto que a agricultura se debatia com inúmeras dificuldades. A crise europeia de 1921 repercutiu-se também em Portugal, manifestando-se através da dificuldade de colocar as exportações e pelo agravamento da situação financeira interna.

Todos os factores de crise se mantiveram latentes nos anos seguintes e chegou-se, assim, «em fins de 1923 a uma situação financeira crítica como resultado praticamente inevitável de toda a política seguida desde o fim da guerra: o Estado ameaça parar os pagamentos, os bancos abrem falência em cadeia, as taxas de juro atingem valores nunca vistos, o crédito está praticamente paralisado, a fuga de capitais é florescente e a taxa de inflação atingiu o seu máximo no ano transacto»³¹. A grave crise bancária afectava, então, todos os sectores da economia.

Os dirigentes republicanos tinham procurado «conscientemente ou não, favorecer um desenvolvimento da indústria e das cidades que criasse um bloco social capaz de resistir à tradicional oposição do mundo agrário à República jacobina»³², mas essa política provocou o aparecimento de

uma oposição popular e radical aos governos, sobretudo entre o proletariado e os grupos sociais mais baixos das cidades. Os campos extremavam-se entre anarco-sindicalistas, socialistas e comunistas, por um lado, e a oposição monárquica e conservadora, por outro lado. A instabilidade política — «a duração média dos governos ia de três a seis meses: mas chegou a havê-los de um mês e até de dez dias!»³³ — agravava os problemas socioeconómicos e a radicalização, tanto à esquerda como à direita.

É evidente que a situação internacional e nacional não podia deixar de ter alguns reflexos sérios nos Açores. Os anos da Guerra são de dificuldades para o comércio por via marítima e para as exportações. Deu-se, então, a crise do ananás que deixou praticamente de exportar-se³⁴. Paralelamente, a partir de 1917, os governos condicionaram a exportação para o continente, privilegiando o abastecimento local das ilhas. Foi proibida a exportação do milho, salvo mediante autorizações especiais, de modo a proteger o abastecimento do arquipélago e a dar primazia ao milho proveniente das colónias. Foi também proibida a exportação de açúcar, medida bastante gravosa depois da expansão da produção que se tinha verificado no período anterior, e do álcool desnaturado. Estes produtos continuaram condicionados, ou mesmo proibidos, de exportar-se para o continente, afectando especialmente a economia micalense. Em 1921, retomou-se a exportação normal dos outros géneros para o continente, como o gado, os lacticínios, a fava, o chá, o ananás, etc.

Apesar disso, entre 1917 e 1919, a economia micalense tinha conhecido um surto de prosperidade e desenvolvimento, provocado pela presença da base naval americana e pelo afluxo de milhares de pessoas, sobretudo militares, que se abasteciam na ilha. A produção e o comércio local viveram um período de grande animação, favorecido pela elevada procura de géneros e pelos altos preços praticados. O *dollar* era moeda corrente e fizeram-se fortunas que possibilitaram consideráveis investimentos, sobretudo no sector dos serviços e na indústria. Foram criadas muitas casas comerciais e bancárias, três companhias de transportes marítimos — Carregadores Açorianos, Empresa de Transportes Marítimos e Empresa Mutualista de Navegação — e várias fábricas — uma de conservas, em Vila Franca do Campo, outra de linho, na Ribeirinha, e a Moagem Micalense. A Moagem apareceu numa altura em que os governos republicanos tinham acabado com o chamado “pão político”, cedendo às pressões dos latifundiários e dos moageiros que pretendiam a liberalização e a consequente subida dos preços, e com o objectivo de monopolizar o abastecimento de farinha do arquipélago, o que provocou conflitos de interesses bastante agudos dentro da região.

O impulso industrializador inseria-se na euforia que a indústria portuguesa viveu no pós-guerra, como consequência da política de desvalorização do escudo e inflacionista, e na necessidade que os capitais micaelenses tinham de encontrar alternativas economicamente viáveis ao tradicional investimento na agricultura ou entesouramento dos rendimentos, absolutamente contra-indicados naquela conjuntura. Foi, por isso, criada a Empresa Industrial Limitada, em 1919, tendo como maior accionista Raposo d'Amaral e grandes proprietários rurais micaelenses, com um vasto projecto que incluía uma fábrica de papel — que não chegou a ser montada, porque o investimento era demasiado arriscado e avultado — uma fábrica de linho — fábrica da Ribeirinha — e indústrias anexas, além de uma fábrica de blocos de cimento e de mosaicos para a construção civil.

O sucesso dos empreendimentos dependia do controlo sobre o mercado interno da região e, nalguns sectores, da possibilidade de exportar para o continente. Mas, nesse como noutros sectores, as dificuldades eram muitas e os empresários locais debatiam-se com a inexperiência, a falta de meios técnicos acessíveis, o crédito caro e a distância dos principais mercados que encarecia os produtos açorianos. A emigração também recomeçou em força após a guerra, depois da descida verificada entre 1916 e 1918, atingindo um pico elevado em 1920, o que gerava escassez de mão-de-obra e subida de salários.

Foi neste contexto nacional e regional, sucintamente traçado, que reapareceram as tendências centrífugas nos Açores, em particular em Ponta Delgada, já saudosa dos bons tempos da base americana, na ilha. Autonomia e separatismo andaram de mãos dadas num movimento que foi, sobretudo, uma reacção dos sectores monárquicos e conservadores à I República e à radicalização dos movimentos de massas, no continente³⁵.

«A República evoluía logicamente para um radicalismo de feição socializante. Reforma agrária, aumento de tributação sobre os possidentes, nacionalizações, desenvolvimento da assistência social, melhoria do nível de vida das classes populares contavam-se entre os assuntos em discussão e inseriam-se na agenda dos partidos, quando não se achavam em vias de efectivação»³⁶. Mas esta evolução era demasiado lenta e pouco evidente para as classes baixas e para os sectores políticos da esquerda, enquanto que para os proprietários rurais, os capitalistas, parte significativa da classe média e a hierarquia da Igreja tal programa era absolutamente inoportuno.

É neste último grupo que se integram os principais líderes do movimento “regionalista” dos anos vinte, em S. Miguel. Entre eles destacaram-se «o regenerador Aristides Moreira da Mota, o progressista e grande

proprietário, Guilherme Fischer Berquó de Poças Falcão, dirigentes locais da Causa Monárquica, como o conde de Albuquerque, Luiz de Bettencourt Medeiros e Câmara, António José da Silva Cabral e Francisco Carvalhal, não faltando representantes do corpo eclesiástico, como o cônego Cristiano de Jesus Borges, e os padres José Lucindo da Graça Santos, Ernesto Jacinto Raposo e Mariano de Nascimento Moura, entre outras figuras gradas do meio»³⁷. Denunciando a filiação política do movimento, logo em 1921 foi escolhido para candidato a deputado o regenerador António Hintze Ribeiro, monárquico activo e participante na revolta de Monsanto, em 1919.

Em 1925, depois de criado o Partido Regionalista, viriam a integrar a comissão executiva, «Aristides Moreira da Mota, coadjuvado por um dos principais dirigentes da Causa Monárquica, Luiz de Bettencourt de Medeiros e Câmara, o grande proprietário barão de Fonte Bela, Joaquim José Marques Moreira e o grande comerciante Nicolau Maria Raposo d'Amaral»³⁸. Filomeno da Câmara, conhecido pelas posições conservadoras, tornar-se-ia então o candidato emblemático dos “regionalistas” micalenses, na qualidade de independente. Foi eleito como deputado pelas minorias, em conjunto com Herculano Amorim Ferreira.

Do ponto de vista social e ideológico há uma certa continuidade entre este movimento e aquele que teve lugar no final do século XIX, que se vê até na recuperação de algumas das principais figuras do último, como Aristides da Mota e Mont'Alverne de Sequeira. Alguns dos nomes das principais famílias da ilha reaparecem também agora e, curiosamente, de novo os Raposo d'Amaral, que nos parecem um caso típico de uma burguesia micalense com interesses próprios, de base regional, que acabaram por arruinar-se na sequência da crise de 1929. Mas, evidentemente, os tempos eram outros e, por isso, o ideário ultraconservador que caracterizou o golpe de Estado do 28 de Maio de 1926 e as forças apoiantes do novo regime tinham uma importância decisiva no seio do movimento “regionalista”. Daí o silêncio de alguns líderes após a instauração da ditadura.

O movimento justificou-se também pelo facto dos republicanos democráticos, uma vez chegados ao poder, não terem criado a legislação amplamente descentralizadora, que tinham defendido na oposição à monarquia. A administração regia-se pela Lei n.º 88 de 1913, continuando em vigor disposições dos códigos de 1878 e 1896, e outras leis que foram completando a primeira, que nunca chegaram a ser articuladas num novo Código Administrativo até ao final da I República, mantendo-se nos distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo a limitadíssima

autonomia administrativa concedida pelo estatuto de 1895. O conjunto de leis que regulava a administração era, segundo as conclusões do Congresso Municipalista de 1922, uma «amalgama de legislação contraditória e confusa, que atrofia, embaraça e dificulta a vida dos corpos administrativos». Discutia-se, precisamente naquele período, uma reorganização administrativa que estabeleceria uma ampla autonomia regional, por isso realizaram-se diversos congressos municipalistas e regionalistas, no continente.

Compreende-se, assim, o desencanto dos republicanos açorianos patente nestas palavras de Francisco Machado de Faria e Maia: «Dentro da República, porém, governo dos povos pela sua razão e vontade, não se compreende que haja hesitações em nos conceder o que pedimos. Assim, conservar os Açores, especialmente os distritos de Ponta Delgada e Angra, no mesmo regímen de tutela económica e legislativa em que têm vivido, é uma imposição imprópria dos princípios e do espírito que devem animar os homens da República»³⁹. Em 1921, elabora um projecto de lei para a autonomia administrativa dos distritos açorianos, inspirado no que tinha sido apresentado, em 1892, por Aristides da Mota. Apesar de alguns representantes destacados dos republicanos se terem associado ao movimento, a liderança parece ter estado, de facto, nas mãos dos monárquicos e dos sectores mais conservadores.

Mais uma vez constatamos que o movimento autonomista, ou “regionalista” como impropriamente foi designado na época, teve como centro Ponta Delgada e não chegou a traduzir-se numa dinâmica regional, que agrupasse sob uma bandeira comum todos os açorianos. Em Angra do Heroísmo não chegou a constituir-se qualquer grupo organizado em torno das reivindicações autonomistas, nem houve candidaturas desse cariz nas eleições de 1921 e de 1925. Na Horta, um “notável” local, Manuel Francisco Neves Jr., metamorfoseou a delegação local do Partido Republicano Nacionalista em Partido Regionalista, tendo apresentado uma candidatura às eleições de 1925 que não logrou a vitória. O «regionalista” faialense tornou-se, posteriormente, durante lagos anos, o presidente da União Nacional, naquela circunscrição administrativa⁴⁰.

Data dos anos vinte a primeira tentativa organizada de estabelecer uma frente comum com a Madeira, tendo-se realizado uma reunião no Funchal nesse sentido, nos finais de 1922. Luiz de Bettencourt, delegado do Partido Regionalista micalense, e José Bruno Carreiro, director do Correio dos Açores, apresentaram uma proposta de reorganização administrativa dos distritos insulares, de modo geral semelhante à que fora concedida às colónias⁴¹. Mas a iniciativa não teve seguimento e, nos

Açores, as divergências acentuavam-se entre as várias forças políticas em jogo.

Na Terceira, Luís da Silva Ribeiro escrevia, no jornal *A União*, uma série de artigos defendendo que não havia condições para implantar o regime autonómico. Seria necessário, antes disso, desenvolver a cooperação entre as ilhas, aprofundar o espírito açoriano e concretizar a unidade e a autonomia ao nível económico. Entretanto, defendia que se devia desconcentrar somente os poderes, dando mais capacidade de intervenção às Câmaras Municipais. Na sua opinião, o município é que foi e será sempre «a instituição administrativa portuguesa tradicional por excelência e a que melhor se adapta às condições do nosso meio insular»⁴². As teses forjadas no meio micaelense estavam longe de concitar o apoio geral.

2.3 O 3.º movimento autonomista

Durante meio século, apesar de sobrarem os motivos de descontentamento, não apareceu nenhum movimento autonomista organizado nos Açores. Alguns dos mais destacados “regionalistas” do final da I República integraram-se nas fileiras do regime salazarista, outros calaram-se e foram morrendo sem que aparecessem novos líderes. A contestação ao centralismo não passava de vozes isoladas que, pontualmente, levantavam o problema, como foi o caso de José Bruno Carreiro, activo participante do último movimento. Numa conferência, proferida em 1950, chegava à conclusão que a situação da Junta Geral do distrito de Ponta Delgada «não é de autonomia — é de qualquer coisa muito parecida com asfixia»⁴³. Então, fazendo o historial das reivindicações autonomistas desde o final do século XIX, mais uma vez reafirmava todas as ideias e motivos que justificavam a autonomia administrativa dos distritos das “ilhas adjacentes”.

Nos anos sessenta eram bem visíveis os sinais da crise nas ilhas açorianas. Uma parte considerável da população, presa de um círculo vicioso de pobreza e sem alternativa ao trabalho rural, tinha como única saída a emigração para a América, que atingiu proporções alarmantes, ameaçando despovoar algumas ilhas. Os progressos da civilização também tardavam em chegar aos Açores, caso da televisão e das comunicações rápidas e eficazes com o exterior. Muitos quadros intelectuais, formados nas universidades do continente, preferiam deixar-se ficar a regressar para uma vida sem perspectivas de futuro e de estreitos horizontes socioprofissionais e culturais.

As teses desenvolvimentistas estavam na ordem do dia e começaram-se a criar as estruturas regionais do planeamento (decreto-lei de 8 de Março de 1969), visando tanto o progresso material como atenuar os desequilíbrios entre as regiões do país. paralelamente, no seio das elites mais jovens do próprio regime, instalaram-se as dúvidas e tornou-se evidente a necessidade de mudanças, que eram alimentadas pelo ideário reformador e moderado, de inspiração humanista e cristã, patente no Concílio Vaticano II e na encíclica *Populorum Progressio*. Segundo o testemunho de Álvaro Monjardino, «estas ideias medraram nos Açores em pequenos grupos de reflexão cristã, animados por jovens sacerdotes formados em Roma, e aí tocados por uma ideia universalista pouco compatível com o nacionalismo bisonho do regime português. Desses grupos saíram as ‘Semanas de Estudo’, realizadas a partir de 1961, e os Cursos de Cristandade, de origem espanhola, lançados no arquipélago em 1963. A angústia criada pelas guerras de África favorecia a contestação e, pelo menos, a dúvida quanto a valores nos quais uma geração acreditara e outra tinha sido formada»⁴⁴. A ideia da autonomia dos Açores começou a ganhar nova forma entre os quadros técnicos e intelectuais, associando-se com a necessidade do desenvolvimento socioeconómico e da unidade regional.

Os movimentos oposicionistas dos Açores integraram-se nas amplas frentes democráticas e antifascistas que, a nível nacional, disputaram algumas eleições realizadas pelo regime. Em 1969, a oposição conseguiu a segunda maior votação do país, no distrito de Ponta Delgada, com uma lista do MDP/CDE, obtendo 22,2% do total dos sufrágios⁴⁵. Na base deste resultado, bastante importante se tivermos em conta o meio e as condições difíceis em que a oposição tinha de fazer a sua campanha, além da impossibilidade de exercer a fiscalização em todas as assembleias de voto, estiveram um grande descontentamento com a situação e um programa que punha o dedo nalgumas feridas, cujo principal obreiro foi o então capitão Melo Antunes⁴⁶.

A Declaração de Ponta Delgada, como ficou conhecido o documento, preconizava uma “revisão e reforma profunda” do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, traduzida na eleição democrática (sufrágio directo e universal) dos corpos directivos das Juntas Gerais, na libertação de encargos e na obtenção de novas fontes de receita para fins de fomento. A perspectiva era, portanto, de uma descentralização administrativa, de carácter distrital, muito imbuída de preocupações sociais e de desenvolvimento da economia. Defendia-se, por exemplo, o estabelecimento do salário mínimo do trabalhador rural e a revisão da Lei do

Arrendamento Rural, com vista a obter-se, na prática, a limitação dos preços das rendas e a efectivação de contratos de arrendamento, para segurança dos rendeiros e proprietários. A oposição democrática preocupava-se, ainda, «em sacudir o torpor da gente açoriana, libertá-la do bloqueio moral, mais do que geográfico» em que vivia⁴⁷.

Só em 1974, depois da queda do governo de Marcelo Caetano e perante o esboroar das estruturas políticas do regime, irrompeu o terceiro movimento autonomista. Uma vez mais, vivia-se uma conjuntura de grave crise nacional, caracterizada por problemas económicos e financeiros — rescaldo da febre bolsista e especulativa, do início dos anos setenta, da crise internacional do petróleo e das dificuldades estruturais da economia portuguesa —, pela fraqueza e desarticulação do poder central e do próprio Estado, pelo avanço do movimento de massas e dos sectores políticos mais radicais, nomeadamente dos comunistas.

Tanto o PCP como a sua frente antifascista para efeitos eleitorais — o MDP/CDE — eram as únicas forças políticas verdadeiramente organizadas, capazes de disputar o aparelho de Estado, em 1974, ao *establishment* que tinha sustentado o regime deposto e foi o que aconteceu por todo o país. As reacções não se fizeram esperar e, nalgumas regiões do país, foram bastante violentas. Estavam em causa, afinal, o controlo do poder e o futuro do país.

A 3 de Junho de 1974 foi promulgado o decreto que dava ao Ministro da Administração Interna poderes para dissolver os corpos administrativos e o MDP/CDE «não perdeu tempo em promover a sua execução»⁴⁸. Três dias depois, o *Correio dos Açores*, propriedade de um sócio da família Bensaúde — Medeiros e Almeida —, publicava o manifesto de um movimento designado pela sigla MAPA que preconizava a “autodeterminação” dos Açores. Iniciou-se, então, uma campanha separatista que não só reavivava velhos fantasmas, presentes no último quartel do século XIX e nos anos Vinte, como contava com a posição geoestratégica do arquipélago e o apoio da emigração para chamar a atenção do governo norte-americano sobre os Açores⁴⁹.

O separatismo acompanhou sempre os surtos autonomistas, mas teve, e ainda tem, uma expressão muito minoritária na sociedade açoriana. Muitas vezes tem sido utilizado como uma autêntica espada de Dâmocles sobre as cabeças dos responsáveis políticos nacionais. Já em 1890, Francisco Maria Supico escrevia, no jornal *A Persuasão*, de Ponta Delgada: «Isto de independência açoriana não passa de papão com que se pretende amedrontar quem governa em Lisboa. Mas tanto e tão mal se tem usado do tal papão, que ninguém o teme já, chega a ser ridículo até

o falar nisso»⁵⁰. Nos anos vinte deste século, as posições separatistas ganharam novo alento, com o radicalismo que caracterizou o movimento e se alimentava da lembrança dos bons tempos da presença das tropas americanas, em S. Miguel.

Em 1974 e, sobretudo, no “verão quente de 1975”, depois do aparecimento da FLA — Frente de Libertação dos Açores — a independência foi considerada «um cenário alternativo, a funcionar apenas se o resto de Portugal, qual nova Cuba, se perdesse para o Ocidente»⁵¹. Paralelamente, era desencadeada uma violenta “cruzada” anticomunista que, nos Açores, tal como noutras regiões do país, agitou fortemente o mundo rural e católico. A estrutura agrária manteve-se praticamente inalterada durante o Estado Novo e, por isso, o temor de uma Reforma Agrária, sempre postergada no passado, e da revisão do arrendamento rural criou um clima de boatos e de pânico nos campos. Nas ilhas, a “cruzada” traduziu-se em assaltos a sedes de alguns partidos, perseguições e expulsões de militantes de esquerda, e culminou, em Ponta Delgada, com a manifestação de 6 de Junho de 1975 e a demissão compulsiva do governador civil, António Borges Coutinho.

Foi a dinâmica política e reivindicativa gerada por este processo que possibilitou obter uma autonomia político-administrativa bastante mais ampla do que os projectos inicialmente esboçados⁵². Em Maio de 1974, o PPD local (que durante algum tempo juntou o «A», de Açores, à sua sigla) tomava posição pelo fortalecimento da autonomia e, posteriormente, assumiu a liderança do movimento, apresentando, em Novembro do mesmo ano, o documento “Bases do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”. Outros projectos, individuais ou colectivos, foram aparecendo, nomeadamente o projecto do “grupo dos onze”, onde se incluíam personalidades de vários quadrantes políticos, entre elas Deodato de Magalhães Sousa, presidente da Comissão de Planeamento da Região dos Açores, nomeado pelo anterior regime, e Júlio Quintino, do movimento da oposição democrática, como relatores, e o projecto de decreto-lei sobre a Província dos Açores, feito por incumbência e com o apoio dos governadores civis dos distritos açorianos, nomeados após o 25 de Abril.

A discussão versava a delimitação da autonomia que os arquipélagos atlânticos deveriam possuir. Emergiram, então, duas posições principais: aquela que era defendida pelo PPD regional preconizava uma autonomia político-administrativa, com órgãos legislativo e executivo, e a que era patrocinada pelos governadores civis circunscrevia-se a uma autonomia administrativa e financeira, porque considerava que o primeiro projecto

apresentava «fórmulas susceptíveis de subtrair a Região dos Açores ao processo revolucionário em curso no País»⁵³.

Apesar de terem aparecido projectos que, no início, retomavam a velha divisão administrativa distrital, tornou-se progressivamente claro que a solução autonómica teria de ser de âmbito regional. O PPD avançou cedo com a ideia da Região Autónoma, enquanto o projecto patrocinado pelos governadores civis utilizava o conceito histórico de Província. O PPD, liderado por João Bosco Mota Amaral, manifestava a intenção de criar estruturas claramente novas, rompendo com a tradição e, sobretudo, abrindo espaço para uma demarcação política da região dos Açores. Enquanto que os governadores civis do novo regime pretendiam manter uma ligação estreita entre o arquipélago e o continente, sem pôr de lado a necessidade de dar continuidade e alargar a autonomia que, desde o final do século XIX, tinha sido característica da administração insular.

Em Junho de 1975, por iniciativa do Ministério da Administração Interna e com a estreita colaboração das Juntas Gerais dos distritos açorianos, era elaborado o projecto da Junta Governativa dos Açores, que se constituiu dois meses depois. O Decreto-lei n.º 458-B/75, de 22 de Agosto, da responsabilidade do governo Vasco Gonçalves, foi instituído a título provisório, «enquanto se não define melhor e em novos termos a autonomia por que legitimamente aspiram as populações açorianas»⁵⁴. O decreto foi completado por outro, em Fevereiro de 1976, do governo Pinheiro de Azevedo, também de carácter provisório.

Os projectos de Constituição apresentados, inicialmente, pela maioria dos partidos eram excessivamente escassos de conteúdo normativo quanto à autonomia regional⁵⁵. Só o PPD apresentou, no artigo 8.º, um detalhado projecto sobre o assunto. Mas, durante o funcionamento da 8.ª Comissão, cuja missão era discutir o articulado relativo aos arquipélagos e apresentar uma proposta ao plenário, os partidos apresentaram projectos mais desenvolvidos⁵⁶. Tinha-se chegado a um grande consenso nacional sobre a autonomia dos arquipélagos atlânticos, que está definido no Título VII da Parte III da Constituição, sob a rubrica “Regiões Autónomas”. Os pilares dessa autonomia são a representatividade dos poderes regionais, obtida através de sufrágio directo e universal, a solidariedade e a unidade nacional. O primeiro princípio salvaguarda a democraticidade do regime autonómico, o segundo institucionaliza a necessidade do apoio financeiro do Estado para corrigir as disparidades do desenvolvimento e o terceiro reafirma a unidade da Nação Portuguesa, criando-se, por isso, a figura de um representante da soberania da República nas Regiões Autónomas, o Ministro da República.

A liderança do movimento autonomista que tinha pertencido, no passado, aos representantes das oligarquias locais — proprietários rurais, accionistas das indústrias, quadros liberais e do funcionalismo que detinham posições importantes ao nível do poder local, nomeadamente nas Câmaras principais e, depois, nas Juntas Gerais — foi assumida, no pós-25 de Abril, por indivíduos da classe média — funcionários superiores, quadros técnicos e profissões liberais — preocupados com o desenvolvimento socioeconómico dos Açores e com a perspectiva do seu próprio futuro, como quadros dirigentes e executivos do aparelho político-administrativo regional.

No quadro de uma economia com reduzidas alternativas de desenvolvimento e de capacidade de gerar empregos, um dos resultados mais visíveis da institucionalização do regime autonómico foi a multiplicação de secretarias regionais e de serviços públicos, criando uma pesada máquina que se estendeu, de forma tentacular, sobre a sociedade açoriana. O desenvolvimento de alguns serviços era, inegavelmente, uma necessidade premente, como a educação, a saúde e os serviços sociais, mas o peso do subsector da Administração Pública representava, em 1991, 26,5% do total do emprego na região, o que é demasiado elevado para a dimensão e a capacidade produtiva da economia açoriana⁵⁷. Só o recurso às transferências do Orçamento Geral do Estado, sob as mais diversas formas e coberturas, ao endividamento e aos apoios comunitários tem permitido sustentar esse aparelho e os pesados investimentos em infra-estruturas diversas. Um estudo recente aponta uma estimativa da importância do Sector Público Administrativo no Produto Interno Bruto da região na ordem dos 70%⁵⁸, o que é bem expressivo do peso do terciário do regime autonómico.

Além disso, o desenvolvimento regional tem sido entendido numa perspectiva também estatizante, traduzindo-se em grandes investimentos públicos em infra-estruturas e serviços sociais, a par de abundantes subsídios e incentivos para alguns sectores da actividade económica. A importância do investimento público chegou a elevar-se, em anos recentes, a mais de 20% do Produto Interno Bruto correspondente e representou, em média na ordem de 90% do investimento total realizado na região, entre 1980 e 1985, o que remete para um lugar meramente simbólico o investimento privado⁵⁹.

Os resultados desta política dos governos regionais, que tem de ser compreendida no contexto das graves carências e da anemia empresarial que se vivia na região, aliado à conjuntura favorável proporcionada pela entrada do dinheiro da Comunidade Europeia⁶⁰, foram no sentido da

melhoria dos níveis de conforto e de bem-estar da população açoriana, apesar da sua relativa modéstia, e permitiram diminuir de forma significativa os fluxos emigratórios. Contudo, a população tem continuado a diminuir e a perder peso em termos nacionais. De acordo com o último censo, a população residente nos Açores representava somente 2,5% dos efectivos nacionais, isto é, 241 000 indivíduos em números redondos.

A região dos Açores encontra-se em convergência com as médias nacionais em termos de indicadores de conforto e de bem-estar, mas diverge quanto à capitação do Produto Interno Bruto. Este baixou de cerca de 66% do PIB *per capita* nacional para cerca de 50%, segundo Monteiro da Silva. Ainda na opinião daquele economista, as conclusões são inevitáveis: «A convergência nos indicadores de bem-estar e a divergência nos indicadores produtivos são bem a prova da relativa deterioração do estado da nossa economia em relação à economia nacional, da progressiva artificialização e da perda de importância do Arquipélago no contexto nacional e do aumento estrutural da nossa dependência em relação às transferências do exterior»⁶¹.

Os Açores vêm-se confrontados, hoje, com um novo quadro de crise que vai exigir soluções inovadoras e muita imaginação dos agentes sociais e do poder regional. A experiência autonómica mostrou que o arquipélago não tem condições económicas para subsistir sem fortes apoios exteriores e ensinou os líderes regionais a jogar todos os trunfos políticos para obter os necessários financiamentos. A questão financeira está, como sempre esteve, no centro dos problemas políticos regionais e do contencioso com o poder central. No passado, não queriam ser sugados pelo pagamento de mais impostos e desejavam mais dinheiro para realizar investimentos públicos. Hoje, os impostos ficam na Região Autónoma, mas são insuficientes para sustentá-la e, por isso, discute-se as transferências do Orçamento Geral do Estado e as múltiplas formas de apoio financeiro.

A criação da Região Autónoma com as suas instâncias de poder próprias, os seus quadros políticos e o seu funcionalismo moldaram uma situação inteiramente nova do ponto de vista sociológico que veio reforçar o discurso e a prática da identidade regional. A distribuição dos órgãos de poder regionais pelas três principais ilhas permite manter os necessários equilíbrios dentro do arquipélago, mas possibilita também a circulação dos quadros políticos e dos técnicos dentro de região. A televisão regional desempenha um papel essencial neste processo de afirmação da identidade, através da emissão de programas sobre temas açorianos e da veiculação do discurso político do poder regional nos noticiários. Os

jornais insulares não conseguem ter uma distribuição em todo o arquipélago e as rádios ouvidas são as locais ou as nacionais, por isso a televisão regional é o único meio de comunicação que chega a toda a Região Autónoma. A sua função ideológica é, por conseguinte, de importância vital para o poder regional, como se tem constatado pela tenaz resistência oferecida a qualquer mudança que possa pôr em causa a respectiva existência. As lutas simbólicas em torno das bandeiras ou das precedências nos actos públicos dos representantes do Estado e do governo regional são também episódios sintomáticos da mesma necessidade de afirmação da Região Autónoma. Assim, um dos resultados mais importantes da autonomia é, precisamente, o reforço da identidade regional e a sua afirmação tanto no plano interno do arquipélago como no nacional.

Notas

¹ J. Fentress e C. Wickham, *Memória Social Novas Perspectivas sobre o Passado*, Lisboa, Teorema, 1994, p. 160.

² Pierre Bordieu, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 112.

³ Sobre este tópico pode consultar-se Carlos Cordeiro, "Regionalismo e Identidade Açoriana. O debate nos anos 20" e Carlos Enes, "A construção da unidade e identidade regional", in *A Autonomia no plano histórico, I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 277-287 e 289-305, respectivamente.

⁴ Pierre Bordieu, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 126.

⁵ A obra de Raul Brandão resultou de uma viagem que fez aos Açores no verão de 1924. Dois anos depois, seria a vez de José Leite de Vasconcelos publicar o seu *Conspicuo de Etnografia Açorica*, baseado nas observações que fez durante um mês de estada nos Açores. Ambos os textos foram fundamentais para dar a conhecer o arquipélago no continente e inserem-se no esforço que homens de cultura, de negócios e autoridades locais fizeram no sentido de divulgar os Açores.

⁶ Machado Pires, Discurso na Sessão de Abertura do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, in *A Autonomia no plano histórico, I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultural, 1995, p. 15.

⁷ Vitorino Nemésio, "O Açoriano e os Açores" in *Sob os Signos de Agora, Temas Portugueses e Brasileiros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 120.

⁸ Luís da Silva Rbeiro, *Obras II História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, 1983, p. 6.

⁹ Em 1928, um dos patriarcas da autonomia açoriana, Aristides Moreira da Mota, não se coibiu de afirmar o seguinte: "Se há sangue português puro que não sofrese a invasão dos pretos, dos franceses e mesmo dos espanhóis é aqui nos Açores que se encontra. O sangue dos portugueses dos Açores é puro, é o sangue dos grandes navegadores e colonizadores". Citado por Carlos Enes, "A construção da unidade e Identidade regional", in *A Autonomia no plano histórico, I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. 296. Segundo Carlos Enes, era

frequente defender-se na imprensa daquela época a superioridade dos açorianos, considerados melhores portugueses do que os outros por terem resistido a Filipe II, por terem instaurado o regime liberal e por serem descendentes directos dos heróicos navegadores.

¹⁰ J. Leite de Vasconcelos, *Mês de Sonho, Conspecto de Etnografia Açórica*, Lisboa, Livraria Universal de Armando Tavares, 1926, p. 49.

¹¹ J.M. Bettencourt Câmara, *Música tradicional açoriana*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, pp. 26-27.

¹² Luís da Silva Ribeiro, *Obras I Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, 1982, p. 237.

¹³ *Ibidem*, p. 806.

¹⁴ Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Agrícola dos Açores*, Lisboa, INIC, 1987, p. 73.

¹⁵ Luís da Silva Ribeiro, *Obras II História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, 1983, p. 526.

¹⁶ Os primeiros sonhos de um protectorado norte-americano no arquipélago datam das últimas décadas do século XIX e foram acarinhados por certos sectores republicanos, desejosos de libertar-se da monarquia e de beneficiar dos progressos e da riqueza do gigante americano, e por faialenses entusiasmados com a presença da família Dabney, na Horta, e com os benefícios económicos que a mesma trazia à ilha. Na sequência da I Grande Guerra, o estabelecimento duma base americana em S. Miguel e o papel desempenhado pelas tropas na defesa e na economia desta ilha desencadearam uma corrente de simpatia em relação aos Estados Unidos e um desejo de colocar-se sob a sua bandeira. Mais, recentemente, na conjuntura perturbada do pós-25 de Abril de 1974, reacendeu-se o sonho de uma independência sob o alto patrocínio dos americanos.

¹⁷ Vitorino Nemésio, “O Açoriano e os Açores”, in *Sob os Signos de Agora, Temas Portugueses e Brasileiros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 140.

¹⁸ Machado Pires, Discurso na Sessão de Abertura do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, in *A Autonomia no plano histórico, I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. 13.

¹⁹ Luís da Silva Ribeiro, *Obras II História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, 1983, p. 555.

²⁰ O mornaço ou mormaço é o tempo quente e húmido, amodorrante e entorpecedor.

²¹ Luís da Silva Ribeiro, *Obras II História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, 1983, p. 553 e *Obras I Etnografia açoriana*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, 1982, p. 240.

²² Machado Pires, Discurso na Sessão de Abertura do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, in *A Autonomia no plano histórico, I Centnário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. 14.

²³ *Corographia Açórica, ou Descrição Phisica, Política e Historica dos Açores por um Cidadão Açorense, Membro da Sociedade Patriotica Phylantropia (N'os Açores)*, Lisboa, Imp. de J. Nunes Esteves, 1822, p. 46.

²⁴ Pierre Bordieu, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 120.

²⁵ *Ibidem*, p. 118.

²⁶ «Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’, aos ‘outros’ e ao

qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade», *Ibidem*, p. 124, nota 20.

²⁷ António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 511-512.

²⁸ Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991, p. 233 em diante.

²⁹ Mont'Alverne de Sequeira, *Questões Açorianas, Autonomia Administrativa dos Açores*, Ponta Delgada, 1894, p. 5.

³⁰ David Justino, *A formação do espaço económico nacional*, vol. II, Lisboa, Vega, s.d., pp. 90-94.

³¹ António José Telo, *Decadência e queda da I República portuguesa*, vol. I, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 226.

³² *Ibidem*, p. 47.

³³ A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, 2.^a ed., Lisboa, Palas Editores, 1976, p. 281.

³⁴ Carlos Enes, *A economia açoriana entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, Edições Salamandra, 1994, pp. 216-217.

³⁵ Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., SREC-DRAC, 1992, pp. 68-74.

³⁶ A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, 2.^a ed., Lisboa, Palas Editores, 1976, p. 286.

³⁷ Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., SREC-DRAC, 1992, p. 71.

³⁸ *Ibidem*, p. 72.

³⁹ In *A Autonomia na legislação portuguesa 1892-1947*. Organização e notas de J.G. Reis Leite, Horta, Assembleia Regional dos Açores, 1987, p. 183.

⁴⁰ Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., SREC-DRAC, 1992, p. 73.

⁴¹ Luís da Silva Ribeiro, *Obras IV, Escritos político-administrativos*. Estudo Introdutório e Organização de Carlos Enes, Angra do Heroísmo, IHIT-SREC, 1996.

⁴² Luís da Silva Ribeiro, "Administração Açoriana — A propósito da Aliança Ribeiragrandense", in *Correio dos Açores*, 8 de Novembro de 1921.

⁴³ José Bruno Carreiro, "A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes" in *Insulana*, vol. VIII, n.º 1 e 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1952, p. 39.

⁴⁴ Álvaro Monjardino, "As raízes da autonomia constitucional", Separata das *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, SRTCE-CEHA, 1989, p. 900.

⁴⁵ Manuel Barbosa, *Luta pela Democracia nos Açores*, Coimbra, Centelha, 1978, p. 106.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 82.

⁴⁷ Do programa de 1969, apud A. Borges Coutinho e outros, *Que futuro para os Açores?*, Lisboa, Caminho, 1978, p. 38.

⁴⁸ Manuel Barbosa, *Luta pela Democracia nos Açores*, Coimbra, Centelha, 1978, p. 49.

⁴⁹ Uma análise mais detalhada da questão separatista nos anos 70 encontra-se em José Medeiros Ferreira, *A Autonomia dos Açores na Percepção Espacial da Comunidade Portuguesa*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

⁵⁰ *A Persuasão*, Ponta Delgada, 29.º ano, n.º 1503, 5 de Novembro de 1890. Supico devia saber muito bem do que estava a falar, porque Antero de Quental referia-se a ele, numa carta para um amigo, em S. Miguel, em 1871, nos seguintes termos: «Leio nos jornais que se fazem ‘meetings’ separatistas? Que se agitam opiniões e se quer arvorar a bandeira estrelada dos Estados Unidos? Será certo? Não posso vê-lo, porque conheço o ânimo brando e sofredor dos meus patrícios» e concluía — «Coisas do Supico, e o que se afigura uma agitação passada entre a botica do Campo de S. Francisco e a botica dos arcos do Caes»⁵⁰. Referia-se ao facto do principal responsável do jornal *A Persuasão*, um homem do continente radicado em Ponta Delgada, ser também farmacêutico. Cit. Mário Mesquita, *A regra da instabilidade*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 56.

⁵¹ Álvaro Monjardino, “As raízes da autonomia constitucional”, Separata das *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, SRTCE-CEHA, 1989, p. 905.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Para uma Autonomia dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1979, p. 63.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 91.

⁵⁵ Fernando Amâncio Ferreira, *As Regiões Autónomas na legislação portuguesa*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, p. 49.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 51.

⁵⁷ J. Albano Santos, *Sinopse da Economia Açoriana*, Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, Angra do Heroísmo, 1994, p. 28.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 36.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 37 e 39.

⁶⁰ No decurso de 1989-1992, os investimentos realizados no arquipélago com o apoio de fundos comunitários ascenderam a cerca de 534 contos por habitante quando, a nível nacional, a média correspondente não ultrapassou os 351 contos. *Ibidem*, p. 37.

⁶¹ José Manuel Monteiro da Silva, *A economia regional e a autonomia*, comunicação apresentada no Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores que nos foi, gentilmente, cedida pelo autor ainda em versão policopiada, pp. 6-7. Entretanto, já editada nas respectivas actas.

Siglas

FLA — Frente de Libertação dos Açores

MAPA — Movimento para Autodeterminação do Povo Açoriano

MDP/CDE — Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

PCP — Partido Comunista Português

PPD — Partido Popular Democrático

